



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



INDICAÇÃO Nº 080/2025

D a t a: 26 de março de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA
PROTOCOLO Nº 9794
EM 28/03/2025 às 10:30
André
SERVIDOR

A Vereadora que a presente subscreve, usando de suas atribuições legais e na forma regimental,

I N D I C A ao Excelentíssimo Senhor GILEADE GABRIEL OSTI, Prefeito Municipal de Guaíra, o que segue:

Que através do setor competente da administração pública, seja adequada a jornada de trabalho dos Assistentes Sociais, para 30 horas semanais, vedada a redução do salário, como forma de garantir tanto a qualidade dos serviços prestados à população quanto a saúde e o bem-estar dos profissionais, que são essenciais para a execução de um trabalho comprometido com a justiça social e a promoção dos direitos humanos.

Guaíra (PR) em 26 de março de 2025.

Keila Marta Francisco

Vereadora Autora

Justificativa:

A profissão de Assistente Social é caracterizada por um alto nível de exigência emocional, psicológica e física, visto que os profissionais estão constantemente lidando com situações de sofrimento, violação de direitos e demandas complexas e urgentes que envolvem a população em situações de vulnerabilidade. Isso implica diretamente na necessidade de um trabalho que exige grande empenho, dedicação e, muitas vezes, condições adversas, que acabam refletindo diretamente no desgaste físico e psicológico do profissional.

A Lei nº 12.317/2010, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos Assistentes Sociais, estabelece a carga de 30 horas semanais como forma de garantir a qualidade dos serviços prestados e, sobretudo, a preservação da saúde do trabalhador. A implementação dessa jornada foi uma medida que visou assegurar um equilíbrio entre o exercício da profissão e a qualidade de vida dos profissionais, evitando que o acúmulo de estresse e cansaço prejudicasse o desempenho da atividade e comprometesse a saúde mental e física dos assistentes sociais.

Atualmente, mais de 71% dos municípios paranaenses já adequaram a jornada de trabalho dos Assistentes Sociais para 30 horas semanais, demonstrando a eficácia dessa medida e o reconhecimento da importância de respeitar a carga horária do profissional, sem que isso implique na redução de salários. Essa adequação visa proporcionar condições mais adequadas



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA
ESTADO DO PARANÁ



para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, permitindo que os assistentes sociais possam atuar com mais empenho e capacidade, sem comprometer sua saúde.

A necessidade dessa jornada reduzida é ainda mais evidente quando se considera a complexidade das tarefas desempenhadas pelos assistentes sociais. Eles estão frequentemente expostos a situações de alto impacto emocional, como o atendimento a vítimas de violência, abuso e outras formas de vulnerabilidade social, que demandam uma escuta empática e cuidadosa. Essas situações podem ser desgastantes e, se não houver a devida preservação do bem-estar do trabalhador, o risco de esgotamento e até de comprometimento na qualidade do atendimento aumenta consideravelmente.

Além disso, a adequação para 30 horas semanais é uma medida que também fortalece o compromisso com a dignidade do trabalhador, alinhando-se com as normativas de proteção à saúde do trabalhador previstas pela Constituição Federal e pela legislação vigente. Com a carga horária reduzida, o profissional tem mais tempo para cuidar de sua saúde física e mental, o que, por consequência, reflete na qualidade do trabalho prestado à sociedade.

Portanto, é imperativo que a jornada de trabalho dos Assistentes Sociais seja ajustada para 30 horas semanais, sem a redução do salário, como forma de garantir tanto a qualidade dos serviços prestados à população quanto a saúde e o bem-estar dos profissionais, que são essenciais para a execução de um trabalho comprometido com a justiça social e a promoção dos direitos humanos.

Essa adequação não apenas é uma medida justa, mas também uma estratégia eficaz para assegurar o bom funcionamento das políticas públicas, refletindo em um serviço social mais eficiente e sustentável a longo prazo.

Luila Marta